

# AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE NA BAHIA<sup>1</sup>

**Ediane L. Santana**

edianezeferina@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia

**Rebeca S. Freire**

rebecaefreire@ig.com.br

Universidade Federal da Bahia

**Ana Alice A. Costa**

analice@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

A historiografia política brasileira, pese toda a preocupação recente em dar visibilidade aos “novos sujeitos” não tem demonstrado o devido interesse em inserir as mulheres nesse contexto. Exemplo nesse sentido é a vasta produção bibliográfica sobre o período da ditadura militar brasileira, instalada a partir de 1964, onde as mulheres só aparecem ocasionalmente e geralmente em situações anedóticas, excluindo-as do papel de sujeito político. Essa aliás, não é uma especificidade da historiografia brasileira. Podemos afirmar que essa tem sido uma característica das ciências em geral, que tratam o homem, sujeito masculino, como centro do universo, um sujeito universal uma espécie de “arquétipo viril da história”, como nomeia Amparo Sardá (1991) ao analisar esta característica androcêntrica da história.

Fugir desse modelo dominante é nossa perspectiva nesse trabalho. Resgatar um momento da história política baiana no limiar da Ditadura Militar, dando visibilidade às mulheres como atores políticos, analisando sua atuação política neste processo e destacando as especificidades dessa participação são nossos objetivos. Nosso universo de análise são as diversas manifestações de caráter conservador realizadas pelas mulheres baianas, as chamadas Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade, realizadas logo após o golpe militar de 1964.

Estas manifestações estavam inseridas em um processo de articulação nacional de enfrentamento e resistência dos setores conservadores ao governo de João Goulart e suas medidas reformistas, que vinha tomando corpo desde a tentativa de impedir sua posse a presidência da República pós renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a posterior consolidação do golpe militar.

Nesse estudo partimos do suposto de que nem todo movimento de mulheres insere-se no

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte da pesquisa “As mulheres baianas na luta contra a Ditadura Militar – Participação e Resistência” coordenada pela Professora Ana Alice A. Costa, desenvolvida através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, com o apoio do Programa de Iniciação Científica UFBA/CNPq/FAPESB.

contexto das lutas feministas<sup>2</sup>, ou seja, não questionam a sua própria situação de mulher enquanto sujeito na sociedade e não têm a perspectiva de transformação na condição de subalternidade da mulher (Costa e Sardenberg), pelo contrario, muitas vezes utilizam-se dessa subalternidade e de um conjunto de estereótipos para justificar sua ação política ou suas demandas. Esse por exemplo foi o caso do movimento sufragista de inícios do século XX que colocava a necessidade da autonomia política da mulher como um requisito para um melhor exercício do seu papel de mãe.

Esse será também o eixo mobilizador do movimento de mulheres de classe média conhecido como “Deus, Pátria e Família”, promovido pela direita e que dominará a cena política brasileira em 1964, sob a bandeira de conter o avanço comunista e a destruição da família e da propriedade. *“Assumindo de maneira integral a imagem de donas de casa e mães de família, levaram às classes médias urbanas o apelo político-emocional da salvação da pátria contra o comunismo”* (Costa.1998:81).

Assim, sobre a bandeira da luta anticomunista e contra o nacional-reformismo do Governo de João Goulart as mulheres das classes média brasileiras foram arregimentadas e organizadas por setores conservadores da Igreja Católica e do Exército, com o apoio de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

Articuladas através de pequenas diretorias, as lideranças destes grupos detinham efetivamente todo o poder de concepção e coordenação das ações do movimento, não obstante a colaboração e aconselhamento de diversos conselheiros masculinos, gerais e empresários, conforme afirma Solange Simões. (1985:47). Entre os principais grupos que compunham esse movimento de mulheres conservadoras, nacionalmente, tiveram destaque a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), LIMDE (Liga da Mulher Democrata), UCF (União Cívica Feminina), MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) e FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino). Esta última com uma antiga tradição de luta em prol dos direitos da mulher, em especial durante a campanha sufragista entre 1922 e 1932.

No período anterior ao Golpe estas organizações participaram ativamente de várias ações de mobilização com vistas a desestabilização do governo Goulart coordenada pelo IPES/IBAD. Posteriormente ao Golpe, estas entidades passaram a cumprir o papel de arregimentadoras da opinião pública para o apoio da intervenção armada que coroou a campanha de desestabilização

---

<sup>2</sup> O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (Álvarez.1990:23).

(Simões.1985:117)

No geral elas trabalhavam organizadas em pequenos grupos, fazendo reuniões, disseminando sua ideologia, divulgando suas tarefas e convocando especialmente outras mulheres através de programas de rádio, escrevendo e enviando telegramas, cartas e panfletos exaltando e defendendo valores e crenças cristãs e alertando contra a ameaça comunista.

A imagem simbólica criada para o Comunismo identificava-o, não como um sistema político-econômico, mas como uma doutrina vinculada à destruição dos valores cristãos, da família e da propriedade. Esse discurso anti-comunista encontrou eco na classe média, que, insegura, via a possibilidade da perda de suas propriedades e dos valores burgueses já introjetados. Essa insegurança da classe média canalizada contra o Comunismo, identificado internacionalmente como oriundo da União Soviética, dirigia seu alvo inclusive para as relações internacionais do Governo brasileiro com países considerados socialistas (Cuba, China...), estimulando a associação do Governo Goulart com o “Comunismo Ateu”. Para se ter uma dimensão desse momento histórico, um exemplo significativo é a campanha maciça realizada por estas mulheres conservadoras, contra a política do Ministério do Exterior, exigindo o apoio do Governo Brasileiro à intervenção dos EUA à Cuba.

Nesse sentido, antes de desembocar nas grandiosas manifestações de rua que foram estas “marchas”, a sociedade brasileira e, principalmente, a classe média, já estava passando por uma série de “preparativos” ideológicos - oriundos especialmente da mídia - que tinham como finalidade formar a opinião pública contra a reforma constitucional que ampliaria os poderes do Executivo e as reformas de base do governo João Goulart .

As marchas foram uma tática de mobilização e arregimentação dessas organizações e posteriormente se constituíram em uma forma de manifestação do apoio e respaldo as ações dos golpistas. A “**Marcha da Família com Deus, pela Pátria e pela liberdade**” foi inaugurada em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, como resposta ao Comício da Central do Brasil.

Segundo o historiador Carlos Fico, a articulação dessas marchas tiveram a influencia norte-americana da “**Cruzada do Rosário em Família**” ocorrida em 1945, sendo os símbolos católicos usados em defesa dos valores de uma elite burguesa cristã e contra o comunismo. Esta campanha atingiu inúmeros países chegando ao Rio de Janeiro em 1962. (2004: 40-43)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> [A “Cruzada do Rosário em Família” é a origem das Marchas da Família. Criada pelo padre Patrick Peyton, um religioso de pele e cabelos muito brancos, nascido na Irlanda em 1909 e conhecido como “o padre de Hollywood”, as “Cruzadas do Rosário com as Famílias” - Sua cruzada levava multidões as ruas em diversos países. A partir de 1962 padre Peyton conseguirá mobilizar grandes massas no Brasil combatendo o comunismo que destruiria a família família.-](#)

O comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi a mais importante manifestação de massa da esquerda brasileira durante o período que antecedeu o golpe. O discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil, ao comentar que “*não poderiam ser levantados os rosários da fé contra o povo*”, sofreu ampla e negativa repercussão por parte das organizações femininas sendo identificado como o estopim para este tipo de manifestação religiosa e política.

O inesperado apoio popular levou os militares conspiradores a estimularem a realização de outras marchas. Por conta da precipitação dos acontecimentos, estas manifestações passaram a ser identificadas como “Marcha da Vitória”, transformando a mobilização da direita, sob a liderança feminina, em desfiles de triunfo. Esse foi o caso da marcha realizada em Salvador no dia 15 de abril. A presença de políticos e personalidades locais importantes, discursando a favor da família e da pátria, fez parte da fórmula que compôs e expandiu este evento em diversas capitais e interiores do país.

O apoio dos “novos governantes” ou seus apoiadores será fundamental para o sucesso das Marchas. No caso da Bahia, a análise dos jornais da época, como veremos mais adiante, dão conta do papel desempenhado pelas prefeituras municipais na articulação política destes eventos, facilitando a divulgação, liberando, como ponto facultativo, os servidores das instituições públicas, estimulando e até fiscalizando a presença de seus funcionários nestas manifestações. Nacionalmente essa prática se repetia, como afirma Simões. Em determinados espaços governamentais até o uso de telefone foi permitido para auxiliar nas convocações das mães de família. (1985: 51).

### **As marchas na Bahia**

Na Bahia, apesar da existência de várias organizações de mulheres de classe média, em sua grande maioria de caráter filantrópico ou emancipacionista como o exemplo da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, criada em abril de 1931, estas não estavam articuladas com esse movimento nacional.

A Deputada Ana Oliveira, após os sucessos das manifestações de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, se empenhará em conclamar as baianas para se integrarem a esta mobilização nacional, conforme noticiou o Jornal A Tarde “(*...*) *Já na próxima terça-feira, fará um discurso na assembléia lançando o movimento e depois conclamará as mulheres de todo Estado a se unirem. Já conta com a adesão antecipada de centenas de mães de família(...)*” (21/03/1964:03) .Nos dias que se seguem, Ana Oliveira utilizará várias vezes, a tribuna da Assembléia Legislativa para convocar as mulheres sempre alertando para o risco do avanço comunista.

Mas será, somente após o Golpe, que as mulheres baianas ligadas às classes dominantes, se organizaram e trataram logo de manifestar seu apoio ao novo regime. Já no dia 06 de abril com uma matéria intitulada “**Professoras solidárias com o Exército**” o Jornal A Tarde noticia que “*Comissão de professoras presta homenagem ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar, pelo revigoramento de democracia brasileira*” (06/04/1964:2).

No dia seguinte, o referido jornal traz com destaque a notícia da homenagem realizada pelas mulheres “ O agradecimento da mulher bahiana”, ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar e “*por seu intermédio, aos chefes das guarnições da Marinha e da Aeronáutica*” Segundo o A Tarde foram centenas de senhoras, “*pertencentes aos diversos círculos sociais*” que , compareceram ao Quartel General, “*para apresentarem ao ilustre militar (...) o tributo do seu reconhecimento*”. (A Tarde. 07/04/1964: 2).

A Comissão organizadora da Marcha reúne-se no requintado Club de Bridge da Bahia, para definir o roteiro e os encaminhamentos necessários. Os jornais destacam a presença de importantes senhoras e representantes do Clero<sup>4</sup>. Nessa reunião foi elaborada a Proclamação da Marcha, amplamente divulgada.

A partir desse momento a atuação de Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado, será destaque na imprensa. Relegada até então ao simples papel de “Primeira Dama”, sem nenhuma visibilidade política, assumirá publicamente seu apoio ao novo regime e sua luta em defesa da família e dos “ideais democráticos”, estando a frente de todas as mobilizações, assumindo, inclusive a presidência da União Cívica Feminina (A tarde. 18/04/1964:02). Outras mulheres, até então completamente desconhecidas da grande imprensa, incorporaram-se a essa luta representando seus ilustres maridos, porém como era de se esperar, não mereceram sequer o reconhecimento da imprensa, conforme podemos ver na forma em que o Jornal A Tarde noticiou a reunião preparatória da Marcha: “*Estiveram presentes à reunião(...) a deputada Ana Oliveira, padres (...) além de muitas outras senhoras da sociedade bahiana, entre as quais as sr<sup>as</sup> Francisco Cabral e Jorge Calmon...*” (08/04/1964:04)<sup>5</sup>

No dia 15 de abril, a partir das 14 horas começou a concentração na praça Municipal. Após a celebração do solene “Te-Deum”, na Catedral Basílica, a multidão dirigiu-se ao Campo Grande “*...formando então uma impressionante torrente de homens, mulheres, crianças, que entoando*

---

<sup>4</sup> “... da reunião participaram inúmeras senhoras baianas, dedicando-se entre outras, D. Maria do Carmo Cabral, esposa do coronel Francisco Cabral, Secretário de Segurança Pública, que representou D. Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado e D. Maria Helena Almeida, esposa do Sr. Adélio Almeida. O Clero baiano esteve mais uma vez representado pelos Srs. Manoel Soares e Walter Magalhães. Falando em nome do Cardeal da Silva, os dois sacerdotes aprovaram a sugestão apresentada na reunião, segundo a qual os sinos das matrizes de Salvador deveriam repicar festivamente, lembrando aos fiéis e aos cristãos em geral o grande significado da Marcha da Família”(Jornal da Bahia.08/04/1964: 08).

<sup>5</sup> Sublinhado das autoras

*hinos patrióticos e religiosos, davam vivas às Forças Armadas e à Democracia.”( Jornal da Bahia.16/04/1964: 01).*

Esta seria a maior manifestação baiana de apoio aos Militares. Contando com a colaboração direta da Prefeitura Municipal<sup>6</sup>, do Governo do Estado e diversos outros setores<sup>7</sup> a Marcha contou com cerca de 400 mil pessoas. **Acompanhada de seus filhos e carregando uma bandeira do Brasil durante todo o trajeto, a Senhora Hildete Lomanto, foi a primeira a falar no ato realizado no Campo Grande, apresentando sua mensagem a mulher baiana: “No dia de hoje, em que a Pátria reinicia sua jornada democrática, marcha o povo baiano, em uma só família(...)”. E completa: “(...) cabe a mulher baiana, organizadora dessa marcha, um papel destacado nessa hora decisiva. Ela que sempre se fez presente em todos os grandes momentos da Pátria, ainda agora nos convoca para o sagrado cumprimento de um dever(...)” (A Tarde. 16/04/1964: 1).**

No dia seguinte, em grande manchete o Jornal A Tarde, anunciava em primeira página “Marcha foi apoteose da vitória”. Após o sucesso da Marcha realizada em Salvador, rapidamente o movimento espalhou-se por várias cidades do interior baiano. Logo no dia 20 de abril, Feira de Santana realiza sua marcha. Segundo o jornal Diário de Notícias , “...uma

---

<sup>6</sup> [O apoio da prefeitura, através do seu prefeito foi amplamente divulgado na imprensa](#)O apoio da prefeitura, através do seu prefeito foi amplamente divulgado na imprensa:

[“Em entendimento com a deputada Ana Oliveira, o prefeito Antônio Antônio Casais declarou, que a prefeitura dará todo o apoio à realização da passeata, mandando, inclusive, armar no Campo Grande, o grande palanque que foi utilizado \(...\) durante a cruzada do Rosário em família \(...\)” \(jornal A Tarde 08/04/1964:04\).](#)

[“A deputada Ana Oliveira comunicou às senhoras bahianas que estão preparando a “Passeata da Vitória” que o prefeito Antonio Casaes lhe garantiu todo apoio da prefeitura para a mesma \(...\) ofereceu \(...\) tudo que estiver a seu alcance” \(jornal A tarde 09/04/1964:03\).](#)

<sup>7</sup> [“Além da massa popular que deverá acompanhar a passeata, por iniciativa própria, diversas entidades já hipotecaram irrestrito apoio ao desfile cívico, entre elas, destacando-se: A comunidade batista \(...\), todos os sindicatos democráticos \(...\), instituições religiosas, ordens terceiras parlamentares, Rotary clube, Lions clube, toda a Maçonaria, Liga Bahiana contra o analfabetismo, Petrobrás, Fuzileiros navais, Clubes sociais e muitas outras’. \(jornal A tarde 13/04/1964:03\).](#)

[“Tendo a associação comercial pedido aos seus membros que fechem seus estabelecimentos comerciais \(...\) O prefeito Antonino Casaes assinou decreto considerando ponto facultativo o turno vespertino, o mesmo tendo feito a assembléia legislativa.\(...\) O governador também vai declarar ponto facultativo no expediente da tarde \(...\) “Além de colocar seus navios para o transporte de pessoas residentes no Recôncavo, durante a manhã, a navegação Bahiana colocará, também, todas suas embarcações no porto, na hora do início do desfile \(...\)” \(jornal A tarde 13/04/1964:03\).](#)

[“O Presidente da Federação das Indústrias, Sr. Pedro Ribeiro, formulou apelo aos industriais baianos no sentido de encerrar as atividades de suas empresas às 14 horas de amanhã, a fim de possibilitar o comparecimento de seus operários a ‘Marcha da Família’ \(...\) Por outro lado, determinou o Presidente da Federação das Indústrias a decretação de ponto facultativo nos órgãos ligados ao Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de aprendizagem industrial a fim de que seus funcionários possam também participar da ‘Marcha da Família.’ ... programada para amanhã em nossa capital”. \(Jornal da Bahia. 14/04/1964:05\).](#)

*manifestação livre e espontânea, dissociada de qualquer interesse de grupo ou partido*”(21 e 22/04/1964: 05,1º caderno). No dia seguinte, 21 de abril, três municípios baianos realizaram suas manifestações: Nazaré das Farinhas, Camaçari e Santo Antônio de Jesus. Nos três, o marcante apoio das Prefeituras Municipais e a participação da Igreja Católica na organização da manifestação. Apenas Nazaré das Farinhas registra a participação de Zélia Ferreira de Araújo, presidente da Associação do Amor Divino, na coordenação do evento (Diário de Notícias. 18/04/1964:05 e 21 e 22/04/1964: 05). O Município de Simões Filho realizou sua Marcha no dia 01 de maio “... *sob os auspícios da Irmandade do Apostolado da Oração*”. Participaram da comissão organizadora as senhoras Noêmia Meireles Ramos, Eulina Piedade Campos e do vereador Altamirando Araújo Ramos (Jornal da Bahia. 30/04/1964:04).

Outras cidades como Alagoinhas, Paripiranga, Jaguaquara também fizeram suas Marchas. No mês de maio foram realizadas Marchas nos municípios de Catú, Inhambupe, Araci, Calculé, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde. Em junho foram os municípios de Cruz das Almas, Irarias, São Francisco do Conde, Lençóis e Guanambi a realizar suas manifestações. Em todas, a prefeitura Municipal decretou feriado escolar, ponto facultativo para o funcionalismo público, o comércio fechou e em diversos locais foram reservados transportes gratuitos até os locais das Marchas. A Igreja Católica foi a principal articuladora em todos os municípios. Nestas cidades, por falta de organizações específicas, a participação feminina ficou diluída em meio às ações de articulação, e bem poucas mulheres tiveram um papel significativo, geralmente diretoras de escolas.

Como vimos, as **Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade** criaram um espaço de atuação política para as mulheres, embora este tenha tido caráter conservador e de manutenção de velhos papéis patriarcais, ainda assim, as mulheres participaram diretamente deste processo mobilizando setores da sociedade e penetrando num espaço reservado ao masculino por excelência que é a política.

## REFERENCIAS

ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brasil: Women's Moviments in Transición Politics*. Pinceton: Princeton University Press. 1990;

COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994 a.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985. 180p.

COSTA, Ana Alice. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBa e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia. 2003;

CHANEY, Elza M. *Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985

FICO, Carlos. *Com o rosário na mão. Nossa História*, nº 5, pp.40-43, março,2004.

BONAFINI, Hebe de. *Os ideais de nossos filhos não morreram*. Caros Amigos, novembro, 2002, p.32-36. Entrevista realizada por Renato Pompeu et al.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática. 1987.